

lados. Finalizando disse que o labirinto estava a disposição de todos os Senhores Senadores, em seu Gabinete, observando suas fundadas esperanças que a geração que se formava pudesse virer em uma Cuba forte, com cultura, pilar maior da História na formação dos homens. Nada mais havendo a falar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus e para constar, mandou que se lavrasse a presente Acta, que depois de lida, submetida à aprovação Plenária Aprovara, verá assinado para que produza seus efeitos legais.

Acta da Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Pato Branco, do Segundo Sessão Legislativa, realizada no dia vinte e oito de agosto do ano de mil novecentos e noventa e sete

às dezoito horas do dia vinte e nove de agosto do ano de mil novecentos e noventa e sete, sob a Presidência do Senador Waldyr Maurício de Aquino Sete e com o Supracitado Primeiro Secretário pelo Senador Braz Benedito Arcanjo, filho, reunido ordinariamente a Câmara Municipal de Pato Branco. Quem disses responderam a chamada regimento os seguintes Senadores: Quirízila da Rocha, Aires Bessa de Engurrido, Antônio Carlos de Carvalho Brandão, Edson Binha Magalhães, Edvaldo Corrêa Lila, Gustavo Antônio Guimarães Beiranger, Fábio dos Santos Mendes, Izagum Behvindt, Mário Brandão Corrêa, Maria Amélia Dorothea James Monica, Milton Roberto Góis de Souza, Osman Campano da Silva, Silas Rodrigues Bento e Valter Rodrigues da Silva. Fazendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de

Nós & réquis, ficam lidas e aprovadas as seguintes Actas: Acta da Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo, Acta da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia doze de agosto do ano em euro e Acta da Sessão Extraordinária do Segundo Período Legislativo. O requer, o Senhor Presidente após o cumprimento do seu regimento solubus ao Senhor Presidente a tutela do Expediente que constou do seguinte Parte da Acta Frio - Exemplar. Relatório final do Seminário dezenas do Cabo Frio, Chico GM/AAP nº 1408/97. Ministério da Fazenda, assunto: Encaminhamento nº 2649, de 01/08/97, da Secretaria da Receita Federal, com os esclarecimentos pertinentes à matéria versando sobre Encenação de Tarifa cobrada para inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPP. Requerimento nº 034/97 de autoria do Vereador Dr. Benedito Arcanjo Filho, Projeto de Lei nº 039/97 de autoria do Vereador Gustavo Antônio, Guimarães Beranger, assunto: Projeto sobre a denominação da Rua Domingos José da Silveira, a rua localizada no Largo Eldorado II, bairro Esperança, Indicação nº 164/97 de autoria do Vereador Edson Vilaça Sabahara, assunto: Solução ao CRMº de Cabo Frio Municipal, referente de imóveis na Rua Sagundes Varella, no trecho compreendido entre a Rua Palma de Góes e Avenida América Central Bairro Quaranjá, Indicação nº 165/97 de autoria da Vereadora Itana Auxiliadora Ramos Rêgo, assunto: Solutiva ao CRMº de Cabo Frio Municipal, reforma geral nas Instalações da "Unidade Hospitalar de Cabo Frio", funcionando junto ao Hospital Municipal São José Operário. Terminada a tutela do Expediente e não havendo mais interesses para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente transportou os trabalhos para a Habitação do Rio. Nessa etapa, foram aprovadas as seguintes matérias: Aprovado o Orçamento do Comissão de Obras e Serviços Públicos para o Projeto de Lei nº 026/97 e encaminhado para a Comissão de Edificação final. Aprovado Lançar final ou melhor Aprovado para o exame favorável da Comissão de Obras e Serviços Públicos para o

Projeto de Resolução nº 006/97. O seguir, o Senhor Presidente diz que não intrometaria o referido projeto por haver requerimento de urgência de nº 094/97 solicitando discussão única para as discussões plenárias, e que assim vindo, colocaria em pauta essa o requerimento de urgência nº 094/97. Após as discussões foi aprovado o requerimento de nº 094/97. O seguir, foi aprovado sobre em Parecer da Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 039/97. O seguir, foi encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 039/97. Aprovadas as indicações nº 167/97 e 168/97. Terminada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente honrou o Sínodo para a Tribunais Fiscais. Depois a reunião em tribunais fiscais, o Ministro Eduardo Corrêa Vila, presidente da nova diretoria da FERLAGEC, fez a sua declaração à população. Neste os fatos ocorridos na Constituição e do conhecimento de todos. Após a leitura do documento, o Ministro Eduardo Corrêa Vila, disse ter sido informado pelo professor Renato Góes, novo presidente da FERLAGEC, que todos os documentos referendados nos comunicados quanto a validade da fundação estavam disponíveis nas oficinas do Poder Legislativo, mas de todo e qualquer cidadão no, que encerrou sua fala. O seguir, compareceu a Tribuna em Tribunais Fiscais, o Ministro Osmar Campelo da Silveira, afirmando de inicio, que ao longo de sua vida pública jamais defendeu a legalidade ou a falta de zelo para com a causa pública; assim, as alegações embutidas nos comunicados da nova diretoria da FERLAGEC não podiam ser aceitas formalmente, pois era necessário que o novo administrador trouxesse que estava realmente imbuido de propósitos sérios. Foi feito o seguir, que o governo anterior ao assumir, encontrara a FERLAGEC em situação desesperadora, vendo comuns os protestos de estudantes no município. Recomendando disse que o novo projeto foi também levado a iniciativa de instalar na

fundação, alcançando significativo volume de recursos, e os recursos estavam devidamente arquivados na Prefeitura. Ofirmou que não dava nem para comparar os investimentos do Governo do Estado e do ahal, frisando ainda que ao assumir, acabara com a lista de aßeas deixando para de lado cerca de milhares de alunos, que eram beneficiados com bolsas do Fundo do Mestrado, e assim, as finanças da fundação haviam sido preservadas. Disse também que o mesmo lidado que arriava abalmente as autoridades contra o bairro de São Francisco, devia melhorar as providências que estavam sendo tomadas ao pagamento em dia dos compromissos da ferrovia, como INSS, prefeituras entre outros, provando que investimentos estavam sendo realizados, e, durante que o ahal Governo deu prioridade à Educação a exemplo do anterior, observando que "pagava pra ver". Disse em prosseguimento, que a ahal Administração queria empria com a legislacão, fornecendo "vale transporte" ao trabalhador do Mestrado, que cortara o "vale refeição" para um grande número de funcionários, e ainda, que o ahal Mestrado usava viagens públicas, para promover marcas de campanha e assim, fazendo nomear local, promovia visitas a inúmeros regimentos da Municipalidade. Adiante, disse que, em primeira análise de Balanetes, seia já comparar as ações dos Prefeitos José Bonifácio e Olavo Loureiro quanto a investimentos na Educação, no, que encerrou sua fala. A seguir, cupou a tribuna em Explicacão fiscal, o Síndicor Araujo Andrade Aranjo Filho, comentando inicialmente ter feito comparecimento com matéria publicada no "O Globo" do dia 13 de agosto, domingo, sob o título "Beira de Cabo Frio" e assinada pelo jornalista Núrcio Barreira Alves. Disse que a matéria sobre a mortalidade de crianças no UTI do Hospital Santa Izabel na Beira, era resultado de intermediação, permanecendo as criündas da Deputada Lucia Souza. Ofirmou ainda, que a vaída de Vereadores do bairro da Deputada não eram relacionadas com a investigação conforme relatava.

na elada matéria, e a Deputada rbia das rópes de sua saída do Partido. Adianto, disse que prendera a Deputada, e que em momento algum eu heara o seu habeas quanto as investigações na UPEL, a exemplo também dos Vereadores Salvar Rodriguez da Silva e Edson Sílio Magalhães, também exgressos do Partido. Disse que o Plenário da Câmara fora pedido para que debates fossem promovidos com a Deputada Lúcia Bento e autoridades da área da saúde no Estado, com relação a UPEL e jamais qualquer embaraço fora colocado. Disse que ao afirmar que os Vereadores com bom relacionamento com os proprietários da UPEL haviam durado o seu Partido, a Deputada cometeu uma leviadade, uma injúria, e assim, duraria registrado nos anais da Casa o seu mais veemente protesto contra as declarações da Deputada Lúcia Bento, recaídas na matéria assinada pelo jornalista Barroso Moreira Alves, que certamente havia sido envergada, no que inciou seu folio. O bizarro, cupou a Tribuna em explanação pessoal, o Vereador Jânio dos Santos Ribeiro, honrando não poder afirmar se as assertivas da matéria de Barroso Moreira Alves, eram corretas ou não, quanto a posição dos Vereadores, exgressos do PS, cabendo aos próprios os esclarecimentos. Logo em diante, disse que todo o conjunto de comentários evidenciavam cada vez mais, o que ocorria no fundo é que desde a bluego do Grupo Político para a Administração Exeuciva, sua base política de sustentação haviam sido os grupos que controlavam a medicina privada em todo o Rio. Adianto afirmou que tal grupo usava tal poder de influência para que os rebeis de Saúde Pública não pudessem dar continuidade a qualidade a populações e assim, tal grupo enriquecia cada vez mais. Lembrou que o futebol de Barroso Moreira Alves constatara fato, porq era verdade que a saúde pública esminhava para a incompleta privatização. Apontou que o programa "Bônus de Família" estava dispondo, restando apenas alindamento ambulatorial em rede.

ndo numero de obitícos. Com relação a publicidade do Prejuízo, di que o povo agora tinha direito a exames mais sofisticados, entrando pelo porto da fronte das clínicas particulares, diz se que havia escuta, pois o povo tinha que continuar entrando as filas do PAM. Adiente, disse que o Ministro Mauricio Roriz Alves em seu artigo, não havia "trado pacto da farinha", pois todos sabiam e viam a precariedade do atendimento da Saúde Pública em Cabo Frio. Mandou os vereadores que faziam de prestígio junto ao Governo para que a questão da Saúde Pública em Cabo Frio fosse resolvida, registrando ainda que o saneamento básico não recebera também qualquer tipo de investimento, bastando uma simples visita aos bairros periféricos, assim encerrou sua fala. Daí, havendo muitos vereadores para o uso da tribuna em declaração popular, o senhor presidente encerrou a reunião sessão em nome de Deus. E, para constar, mandou que se lavasse a presente ata, que depois de lida, submetida à aprovação plenária. Aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

Ata da Sessão Ordinária do Segundo Sessão Legislativa da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada dia vinte e um de agosto do ano de mil novecentos e noventa e sete.

Ass. digito horas do dia vinte

e um de agosto do ano de mil novecentos e noventa e sete, sob a presidência do Vereador Waldir Mauricio de Aquino Silveira